

FH rejeita uso de medidas recessivas

Crescimento econômico de 7% no final do ano é considerado positivo pelo presidente

GUSTAVO PAUL

Enviado Especial

SANTIAGO — A economia brasileira está registrando uma taxa de crescimento de 7% em relação ao último trimestre do ano passado, mas o governo não está preocupado. A informação foi dada na noite de sábado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que participa da 6ª Cúpula Ibero-Americana, em Santiago. O governo, segundo afirmou, não vai promover medidas recessivas para conter a economia.

“Não vemos nenhuma necessidade de esfriar a economia”, disse. “Não há nenhum problema em relação ao ano que vem.” A expectativa é de que o índice de crescimento da economia fique em torno de 5% em 1997. Segundo o presidente, esse índice não é teto, mas “um bom número”.

O atual crescimento da economia deve ser analisado com cuidado, advertiu Fernando Henrique. Para todo o ano de 1996, a economia deverá crescer apenas 3%. Esse crescimento não preocupa o presidente. “É muito bom, estamos em um momento em

que a economia está crescendo”, disse. “É um bom sinal.” Fernando Henrique afirmou que a preocupação do governo é evitar medidas recessivas. “Nosso plano foi feito para acabar com a inflação e não provocar recessão, e conseguimos isso.”

Simples — O presidente preferiu não dar importância às críticas de alguns governadores ao imposto único para as micros e pequenas empresas, o Simples. Fernando Henrique aproveitou para transferir aos governadores a responsabilidade pela adoção de medidas que beneficiem as micros e pequenas empresas.

“Vivemos em uma federação e os governadores tomam a decisão que quiserem”, disse. “Se quiserem aceitar, que aceitem.”

A medida provisória assinada semana passada deixa aberta a possibilidade de Estados e municípios incluírem o ICMS e o ISS.

O presidente também aproveitou para ressaltar a importância do projeto.

PREVISÃO É
DE QUE O PAÍS
CRESCA 5%
EM 1997

“Eu acho que fizemos uma boa coisa para as micros e pequenas empresas”, afirmou Fernando Henrique. Ele explicou que a medida foi discutida com os partidos e teve o apoio dos presidentes do Senado e da Câmara. “Só fizemos uma medida provisória para ir mais depressa”, disse.